

Os contratos de obras e serviços de engenharia em uma Universidade Federal

Public Works and Engineering Services Contracts at a Federal University

Contratos de obras y servicios de ingeniería en una Universidad Federal

DOI: 10.55905/ijsmtv10n3-045

Originals received: 04/29/2024

Acceptance for publication: 05/27/2024

Samuel Silas dos Santos Cavalho

Mestre em Administração Pública

Instituição: Fundação Universidade Federal de Rondônia

Endereço: Rua Almirante Barroso, 600, Porto Velho, RO - CEP: 76801-901

E-mail: samuel.carvalho@trt14.jus.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1867-4524>

Marlene Valério dos Santos Arenas

Doutora em Administração

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Endereço: Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho – RO, CEP: 76801-059

E-mail: marlenearenas@unir.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2952-6148>

RESUMO

As contratações públicas no Brasil possuem entre suas finalidades a eficiência e a adequada entrega de bens e serviços aos interessados. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva apresentar um diagnóstico acerca dos contratos administrativos de obras e serviços de engenharia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir). A metodologia adotada envolveu a análise de 149 contratos celebrados pela Unir no período de 2009 a 2022. Os resultados obtidos forneceram um perfil geral dos contratos analisados, incluindo valores das contratações, investimentos anuais e quantidade de contratos. A maioria dos contratos (75%) foi para obras, com foco na expansão da infraestrutura física da Unir e apenas 25% dos contratos foram para serviços de engenharia, principalmente projetos e instalações. Verificou-se um descompasso entre a expansão da infraestrutura e a manutenção predial, com apenas 14 contratos (9%) para essa finalidade. Os investimentos em obras variaram ao longo do período, com picos em 2014 e 2015 (R\$ 30 milhões/ano). A partir de 2018, os investimentos se estabilizaram em torno de R\$ 5 milhões/ano, 51% dos contratos foram realizados no Campus de Porto Velho capital do estado de Rondônia. Houve priorização da expansão da infraestrutura física em detrimento da manutenção predial, o que pode gerar problemas a longo prazo. Conclui-se que há necessidade de aprimorar o planejamento e a gestão das contratações

na Unir, com foco na otimização dos recursos públicos. As conclusões indicam falta de critérios de governança, planejamento estratégico ou de critérios específicos para as contratações.

Palavras-chave: obras, serviços de engenharia, contratos administrativos, licitações.

ABSTRACT

Public procurement in Brazil aims to ensure the efficiency and proper delivery of goods and services to stakeholders. In this context, this study presents a situational diagnosis of the administrative contracts for works and engineering services at the Federal University of Rondônia (Unir). The methodology involved the analysis of 149 contracts signed by Unir between 2009 and 2022. The results obtained provided a general profile of the contracts analyzed, including contract values, annual investments, and number of contracts. The majority of the contracts (75%) were for works, focusing on the expansion of UNIR's physical infrastructure, and only 25% of the contracts were for engineering services, mainly projects and installations. A mismatch was observed between infrastructure expansion and building maintenance, with only 14 contracts (9%) for this purpose. Investments in works varied over the period, with peaks in 2014 and 2015 (R\$ 30 million/year) and a decline in 2016. From 2018 onwards, investments stabilized at around R\$ 5 million/year. 51% of the contracts were carried out on the Porto Velho campus, the capital of the state of Rondônia. There was a prioritization of physical infrastructure expansion to the detriment of building maintenance, which may generate problems in the long term. It is concluded that there is a need to improve the planning and management of contracts at Unir, with a focus on optimizing public resources. The findings indicate a lack of governance criteria, strategic planning, or specific criteria for contracting.

Keywords: construction projects, engineering services, government contracts, government procurement.

RESUMEN

Las contrataciones públicas en Brasil tienen como objetivo la eficiencia y la entrega adecuada de bienes y servicios a los interesados. En este sentido, el presente trabajo tiene como objetivo presentar un diagnóstico situacional de los contratos administrativos de obras y servicios de ingeniería de la Fundación Universidad Federal de Rondônia (Unir), ubicada en la región amazónica de Brasil. La metodología utilizada involucró el análisis de 149 contratos celebrados por la Unir en el período de 2009 a 2022. Los resultados obtenidos proporcionaron un perfil general de los contratos analizados, incluyendo valores de las contrataciones, inversiones anuales y cantidad de contratos. La mayoría de los contratos (75%) fueron para obras, con foco en la expansión de la infraestructura física de la Unir y solo el 25% de los contratos fueron para servicios de ingeniería, principalmente proyectos e instalaciones. Se observó un desajuste entre la expansión de la infraestructura y el mantenimiento predial, con solo 14 contratos (9%) para este fin. Las inversiones en obras variaron a lo largo del período, con picos en 2014 y 2015 (R\$ 30 millones/año) y una caída en 2016. A partir de 2018, las inversiones se estabilizaron en torno a R\$ 5 millones/año, 51% de los contratos se realizaron en el Campus de Porto

Velho, capital del estado de Rondônia. Hubo una priorización de la expansión de la infraestructura física en detrimento del mantenimiento predial, lo que puede generar problemas a largo plazo. Se concluye que existe la necesidad de mejorar la planificación y gestión de las contrataciones en la Unir, con foco en la optimización de los recursos públicos. Las conclusiones indican falta de criterios de gobernanza, planificación estratégica o criterios específicos para las contrataciones.

Palabras clave: obras, servicios de ingeniería, contratos del sector público, contrataciones públicas.

1 INTRODUÇÃO

A construção civil em sentido amplo é capaz de contribuir decisivamente para o aumento de empregos e geração de renda no Brasil, além de elevar investimentos tanto públicos quanto privados e, principalmente, promover o fornecimento de infraestrutura adequada para a prestação de serviços públicos à população.

As obras públicas, portanto, podem ser consideradas uma atividade estratégica e essencial para o País e são viabilizadas por meio de regime de licitação que visa garantir uma série de prerrogativas ao poder público, bem como direitos, deveres e sanções aos agentes envolvidos.

As contratações públicas no Brasil possuem, dentre outras finalidades, a eficiência, a competitividade, o incentivo à inovação tecnológica, o tratamento isonômico e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública (Brasil, 1993, 2002, 2011, 2021b). É possível afirmar, portanto, que é um pressuposto básico das contratações públicas garantir a adequada entrega de bens e serviços aos interessados.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é apresentar um diagnóstico situacional acerca do perfil dos contratos de obras e serviços de engenharia da UNIR, uma universidade pública situada na Amazônia, região norte do Brasil, a fim de identificar as características gerais dessas contratações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que a centralização e a confiabilidade de informações relativas à situação de obras públicas no País são essenciais para viabilizar a eficiência e a publicidade na gestão pública (Brasil, 2021a, 2022a). No entanto, Gurski e Souza-Lima (2018) e Bezerra, Silva e Arenas (2022) apontam que, apesar do controle exercido pelos órgãos fiscalizatórios, as irregularidades em obras públicas brasileiras são uma deficiência da Administração Pública em níveis federal e regional.

O trabalho realizado pelas Cortes de Contas brasileiras notabiliza os impactos e as percepções dos problemas relacionados às contratações públicas de obras por seu grande volume de investimentos e pelos impactos gerados quando em utilização (Brasil, 2021a, 2022a). Esses problemas ocasionam transtornos socioeconômicos, ineficiência e inefetividade de recursos públicos (tempo, pessoal, receitas e despesas públicas etc.) promovendo uma verdadeira falência do planejamento público e atingindo, de forma considerável, a parcela da população de classe social mais carente e que é a principal interessada nos investimentos públicos.

O Relatório de Consolidação das Fiscalizações Relacionadas a Investimentos em Obras Públicas 2021 (Fiscobras) (Brasil, 2021a), em análise da série histórica, aponta que houve nos últimos anos uma tendência de redução dos investimentos diretos em obras federais no Brasil, ocasionado por sucessivas recessões econômicas e dificuldades financeiras de grandes empresas estatais. O relatório aponta ainda a necessidade de o País investir recursos na ordem de R\$ 340 bilhões/ano até 2038, para que suba 51 posições no ranking de competitividade global, o Global Competitiveness Index 4.0 (GCI) elaborado e divulgado pelo World Economic Forum (WEF), de forma a estar entre as 20 melhores infraestruturas das economias globais (Brasil, 2021a).

Esse nível de investimento representará algo em torno de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ao passo que, no período em que foi realizada esta pesquisa, esse nível de investimentos corresponde a 1,55% do PIB (Brasil, 2021a). No entanto, é importante frisar as deficiências do planejamento público que levam a falhas nas contratações de obras públicas, sendo imperativo compreender em que fases ou áreas

dessas contratações ocorrem as causas raízes dos problemas (Gurski e Souza-Lima, 2018).

Nesse aspecto, as falhas nas contratações das obras públicas estão relacionadas a diversas fases da execução dos empreendimentos. Tereza Marques *et al.* (2017) apresentam lapsos relacionadas às fases de iniciação, planejamento, execução, monitoramento, controle e de encerramento, dentre as quais destacam-se a baixa especificação dos serviços desejados, imprecisão de orçamentos, falta de critérios de aceitação de qualidade de entregas, falta ou falhas de projetos executivos, baixa compatibilização entre disciplinas e perda de prazos contratuais que culminam em inexecuções e abandonos.

O Fiscobras 2022 (Brasil, 2022a) aponta que organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização pela Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicaram como um dos principais problemas de infraestrutura brasileira a deficiência na priorização e elaboração de projetos de qualidade, indicando como possível solução a adoção de rigorosos processos de avaliação e seleção de projetos que considerem todo o ciclo de vida desses ativos, bem como a eficiência social e econômica a ser alcançada.

À semelhança do âmbito federal, o Estado de Rondônia também é afetado por irregularidades na execução de obras públicas com a ocorrência de falhas processuais, falta de adequado planejamento, imprecisões etc. (Bezerra, Silva e Arenas, 2022).

O aspecto regionalista da situação das obras públicas pode, portanto, ser melhor evidenciado em estudo dos órgãos e entidades públicos que atuam em nível geográfico estadual. Assim, a Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir) apresenta-se como entidade de relevante estrutura organizacional, uma vez que é a única universidade pública de Rondônia, possuindo oito Campi, localizados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena (Brasil, 2022).

O Fiscobras 2022 (Brasil, 2022a) realizou um diagnóstico geral sobre o portfólio de obras públicas por área de atuação do Governo. Na área da educação, na qual a UNIR está relacionada ao Governo Federal por meio do Ministério da Educação (MEC), foram identificadas 3.037 obras em execução com valor estimado para conclusão em R\$ 2,37

bilhões.

Diante desses dados, fica evidente a urgência de medidas efetivas para superar as deficiências nas contratações e execuções de obras públicas no Brasil. As análises apresentadas revelam a necessidade de investimentos substanciais e estratégicos para garantir adequada infraestrutura do País. Além disso, é imprescindível a adoção de processos de planejamento considerando todo o ciclo de vida das obras e buscando eficiência social e econômica. A superação desses desafios é fundamental para promover o desenvolvimento socioeconômico e atender às demandas da sociedade.

Nesse sentido, o sucesso de projetos de obras e serviços de engenharia no âmbito da construção civil é alcançado quando do atingimento de suas metas e objetivos estabelecidos por meio de um adequado planejamento, seja do escopo integral do empreendimento, como a entrega de um edifício, seja pelo atendimento de sua missão, como o de servir a comunidade com atendimento educacional ou de saúde.

A finalidade desses empreendimentos pressupõe o atendimento do desempenho técnico, obediência ao cronograma e a permanência dos custos dentro dos valores preliminarmente estimados. No entanto, pode-se afirmar que no setor público esta é uma realidade que frequentemente não é atingida por inúmeras razões e complexidades, conforme constatações e apontamentos do TCU (Brasil, 2019) e do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (Brasil, 2022b).

3 ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Foi adotado como procedimento a pesquisa documental por meio de investigação e consulta a processos administrativos de contratação e fiscalização. Assim, foi realizada coleta de dados por meio de análise de contratos de obras e serviços de engenharia, no espaço de tempo compreendido entre 2009 e 2022. Esse período compreendeu a formalização de 149 contratos administrativos firmados pela Unir.

Dessa forma, foi possível identificar e quantificar as características principais desses contratos, bem como a ocorrência de aditivos. Assim, a pesquisa foi realizada com base na análise documental dos contratos formalizados no período determinado com ênfase na coleta de informações gerais, buscando estabelecer o perfil geral desses

contratos com informações como valores e prazos iniciais e finais, campus, ano, quantidade e ocorrência de aditivos.

A pesquisa consistiu na análise documental para fins de: (1) identificação do objeto; (2) identificação da localidade de atuação; (3) identificação dos valores iniciais da contratação; (4) identificação dos prazos iniciais; (5) identificação da ocorrência e modalidades de aditivos e a (6) identificação de valores ou prazos acrescidos.

Assim, os processos analisados foram segmentados conforme as seguintes classificações: (1) contrato/ano; (2) fornecedor; (3) campus; (4) objeto; (5) tipo (obra ou serviço de engenharia); (6) categoria (construção, reforma, instalação, manutenção, projeto); (7) vigência inicial; (8) vigência final; (9) valor inicial; (10) valor final; (11) quantidade de aditivos de prazo; (12) prazo aditivado; (13) quantidade de aditivos de valor; (14) valor aditivado; (15) data de abertura; (16) data de assinatura do contrato; (17) tempo necessário para a conclusão da contratação; (18) percentual de variação de preços e (19) percentual de variação de prazo.

Com essa classificação foi possível quantificar e dimensionar os contratos selecionados tanto em termos de prazo, quanto dos valores estabelecidos na avença. Em seguida, foram dimensionados os prazos e valores finais resultantes de aditivos após os aditivos. O objetivo foi, inicialmente, quantificar a ocorrência de aditivos e os índices de variações sofridas por esses contratos.

Apresenta-se na Tabela 1, a seguir, uma demonstração parcial como foi realizada a classificação de contratos, por meio da extração de informações coletadas junto aos contratos da Unir (2022a) e ordenadas por meio do software Microsoft Excel, que se repetiu em todos os contratos analisados:

Tabela 1. Demonstração da classificação de contratos selecionados

CONTRATO 002/2011	
Objeto: Reestruturação de infraestrutura elétrica	
Campus: Vilhena/RO	
Contratado: CONSTRUVIL CONSTRUTORA E INSTALADORA VILHENA LTDA	
Valor inicial: R\$ 135.149,39	
Aditivo de valor: 1	Valor do aditivo: R\$ 67.000,00
Valor final: 202.149,39	Variação de preço: 50%
Vigência inicial: 30 dias	
Aditivo de prazo: 2	Acréscimo: 90 + 90 = 180 dias
Vigência final: 210 dias	Variação/extrapolação de prazo: 600%
Data de abertura do processo: 18/10/2010	Data de assinatura do contrato: 07/01/2011
Tempo para conclusão: 81 dias	Processo: 23118.002793/2010-60
Volumes: 3	Folhas: 467
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PARA A FORMALIZAÇÃO DE ADITIVOS	
1º Termo Aditivo	Acréscimo de prazo. Foi solicitado aditivo de 90 dias, a partir de 17/03/2011, para que fosse elaborada planilha com serviços adicionais.
2º Termo Aditivo	Acréscimo de prazo. Acréscimo de valor. Acréscimo de prazo de 90 dias, a partir de 15/06/2011, para execução dos serviços não previstos no valor de R\$ 67.000,00.

Fonte: Elaborada pelos os Autores.

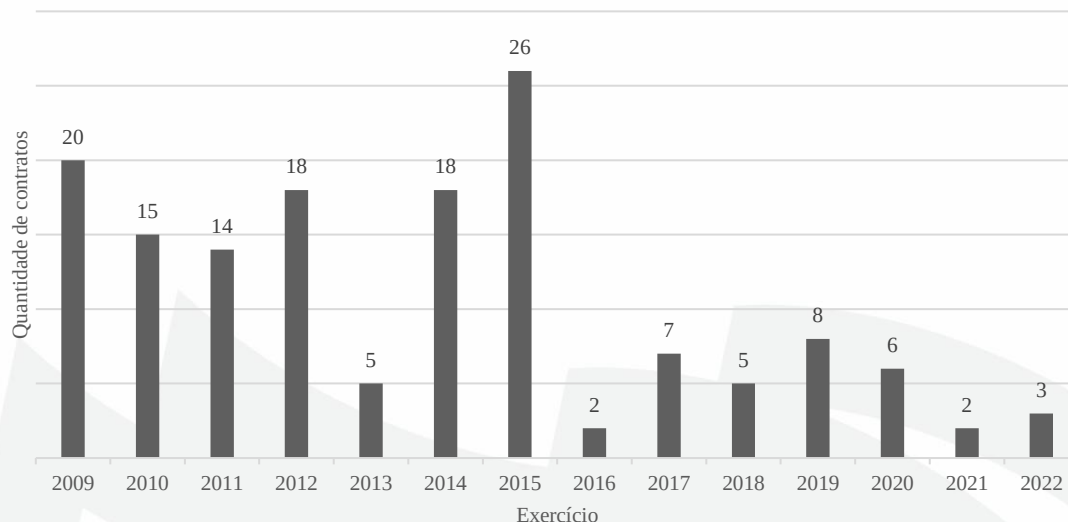
4 RESULTADOS

A busca pela eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos requer equivalência entre finalidade e atendimento da necessidade pública, uma vez que falhas podem dificultar ou inviabilizar o alcance dos resultados pretendidos. Assim, a adoção de procedimentos de planejamento harmoniza-se com o foco em resultados. Nos contratos administrativos esses requisitos representam as entregas dos objetos em tempo oportuno e nos custos estimados.

Nessa análise inicial foram adotados os seguintes passos de identificação: (1) objeto; (2) localidade de atuação do contrato; (3) valores iniciais da contratação; (4) prazos iniciais de vigência dos contratos; (5) ocorrência e modalidades de aditivos; (6) quantificação de aditivos; (7) segmentação dos aditivos entre prazo e valor; e (8) valores ou prazos acrescidos.

Foram identificados e analisados 149 contratos formalizados no período, cada qual com seu respectivo processo de licitação. A quantidade de contratos formalizados por exercício financeiro está demonstrada no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Quantidade de contratos formalizados por exercício



Fonte: Elaborada pelos os Autores.

Verifica-se que os exercícios de 2009 a 2015 concentraram a maior quantidade de contratos formalizados, representando 116 dos 149 totais, que refletem uma proporção de 77,85% do número total da população de contratos somente nesse período.

Esses 149 contratos estão segmentados em dois tipos de objeto: (1) obras e (2) serviços de engenharia. Os contratos de obras somaram 113 ocorrências representando 75% do total, enquanto os contratos de serviços de engenharia contabilizaram apenas 36 ocorrências representando 25%, do total de contratos.

Pode-se distinguir os tipos da seguinte forma: (1) obra é toda ação que implique inovação do espaço físico com acréscimo da área edificada do imóvel e (2) serviço de engenharia como atividade que exige a aplicação de conhecimentos técnicos para o atingimento de determinada utilidade (Ibraop, 2009; Meirelles, 2020; Di Pietro, 2021; Brasil, 2021b). Em ambos os conceitos é imprescindível o acompanhamento de profissional técnico habilitado da área da construção civil.

Os investimentos iniciais realizados nesses contratos, desconsiderando-se ainda eventuais aditivos de valor, foram de R\$ 130.920.719,98, sendo que R\$ 106.595.587,99 foram destinados a obras, ao passo que os contratos de serviços de engenharia atingiram o montante de R\$ 24.325.131,99. Isso reflete um percentual de 81% contra 19%, respectivamente, e estão evidenciados abaixo.

Tabela 2. Quantidade de contratos e valores por tipo.

Tipo	Qtd	Valor (R\$)	%
Obra	113	106.595.587,99	81
Serviço de Engenharia	36	24.325.131,99	19
TOTAL	149	130.920.719,98	100

Fonte: Elaborada pelos os Autores.

Consigna-se que os 113 contratos de obras não refletem, necessariamente, 113 obras distintas, uma vez que algumas obras foram segmentadas em etapas. Assim, uma obra que poderia ter sido executada em uma única etapa pode ter sido realizada em duas ou mais contratações. Além disso, houve casos de abandono e inexecução, resultando em novas contratações para a conclusão dos objetos.

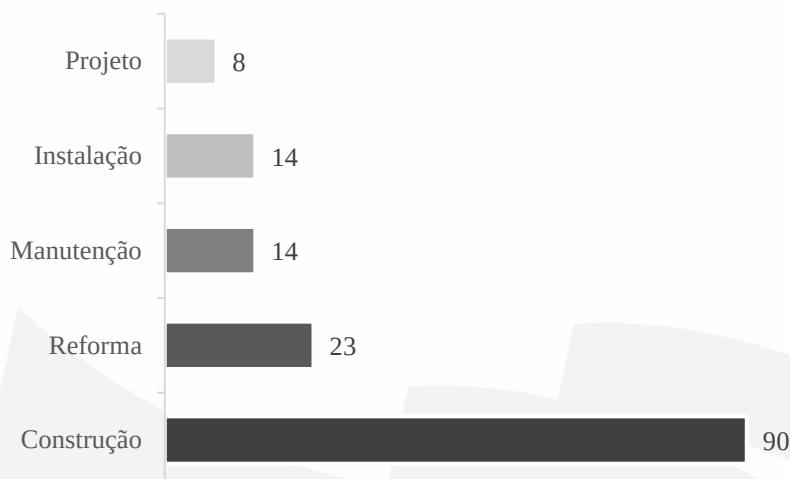
Verifica-se assim que, com base no tipo de contrato, a preferência dada pela instituição foi pela realização de obras, que é definida como atividade que implica intervenção no meio ambiente por um conjunto de ações que inova o espaço físico ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, de acordo com a definição da Lei 14.133/2021 (Brasil, 2021), ou seja, a grande maioria dos contratos formalizados foram voltados para a expansão da infraestrutura física da UNIR.

Por outro lado, nota-se o descompasso com serviços de engenharia, que são definidos como aqueles que têm por objeto ações em termos de desempenho, qualidade, manutenção, adequação e adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais desses bens, de acordo com a definição adotada pela mesma lei (Brasil, 2021).

Nesse quesito, os objetos de cada um dos contratos puderam ser segmentados em cinco categorias principais: (1) construção, (2) reforma, (3) manutenção, (4) instalação e (5) projeto, conforme as definições lançadas pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop, 2009) pela Lei 14.133/2021 (Brasil, 2021) e doutrina (Di Pietro, 2021; Meirelles, 2020).

Verificou-se, assim, a ocorrência de 90 contratos classificados como construção e 23 como reforma, ambos enquadrando-se na tipologia de obras. Dos demais, 14 classificaram-se como manutenção, outros 14 como instalação e, por fim, oito como projetos, todos estes adequando-se ao conceito de serviço de engenharia. O gráfico a seguir ilustra a distribuição dos contratos, conforme a classificação apresentada.

Gráfico 2: Distribuição de obras e serviços de engenharia por classificação.



Fonte: Elaborada pelos os Autores.

Constata-se o interesse da instituição em promover a ampliação do seu espaço construído, havendo um sério descompasso quanto ao planejamento da manutenção da estrutura existente. Isso tem ocasionado obras não concluídas e demandas emergentes de manutenção predial, integrando a Unir às demais universidades federais conforme veiculação de notícias em âmbito nacional que apresentaram a situação de falta de recursos para manutenção das instalações físicas (JH, 2023; UNIR, 2023a, b, c).

Observou-se que dos 149 contratos formalizados, apenas 14 estavam relacionados com serviços de manutenção predial, ou seja, desconsiderou-se a necessidade de um acompanhamento da expansão da estrutura física por serviços de manutenção predial preventiva e corretiva. Isso apresenta-se como um problema de falta de planejamento, principalmente quando há necessidade permanente de conservação de bens imóveis.

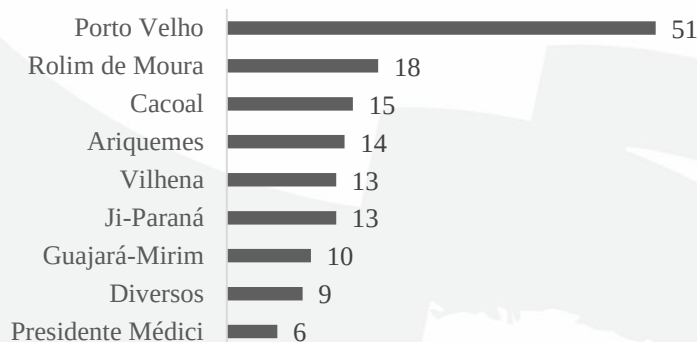
Assim, somando-se a um realidade existente em várias instituições públicas de ensino, corroborando os estudos de Corrêa e Shih (2019) e Costa e Sarmiento (2014), os contratos foram realizadas sem um planejamento adequado para a manutenção preventiva e corretiva dos edifícios e instalações. Essa é uma preocupação no contexto das instituições de ensino brasileiras.

O investimento em obras sem o acompanhamento adequado de manutenção predial pode ter um impacto negativo significativo a longo prazo na qualidade tanto da infraestrutura física da Unir como de qualquer outra Instituição Federal de Ensino

Superior (Ifes).

De outra forma, quando distribuídos os contratos por Campus, verifica-se uma paridade entre os Campus do interior, com exceção da capital Porto Velho que teve 51 contratos destinados. Os demais Campus tiveram entre 6 e 18 contratos.

Gráfico 3: Quantidade de contratos por Campus.



Fonte: Elaborada pelos os Autores.

O item “Diversos” refere-se a contratos que tiveram seus objetos de execução em todos ou em mais de um Campus. Verifica-se que Porto Velho é o Campus com a maior quantidade de contratos firmados no período, seguido de Rolim de Moura, Cacoal, Ariquemes, Vilhena, Ji-Paraná, Guajará-Mirim e, por fim, Presidente Médici.

Infere-se que a quantidade de contratos por Campus está relacionada ao tamanho, certamente influenciado pela quantidade de cursos ofertados, uma vez que se observa a uma relação entre a área construída e cursos ofertados. A Tabela 3 a seguir relaciona a extensão de cada Campus em área total, metragem quadrada de área edificada e quantidade de cursos ofertados:

Tabela 3. Áreas dos Campus e cursos ofertados.

Campus	Área total (m ²)	Área construída (m ²)	Cursos
Porto Velho	1.008.545,00	48.249,49	35
Rolim de Moura	99.167,10	5.954,20	6
Cacoal	148.336,13	7.077,36	4
Ariquemes	31.319,75	5.918,74	2
Vilhena	25.330,17	5.246,66	5
Ji-Paraná	36.982,00	7.641,88	7

Campus	Área total (m ²)	Área construída (m ²)	Cursos
Guajará-Mirim	157.031,00	4.996,43	4
Presidente Médici	477.700,00	2.929,56	2
TOTAL	1.984.411,15	88.014,32	65

Fonte: Elaborada pelos os Autores.

Quanto aos investimentos realizados ao longo do tempo, foi possível constatar quais os exercícios contaram com os maiores investimentos na área da construção civil no âmbito da UNIR. Os valores estão evidenciados a seguir.

Tabela 4. Quadro de investimento por exercício

Exercício	Investimento (R\$ 1,00)
2009	10.911.918,65
2010	6.767.177,54
2011	7.612.332,33
2012	14.177.530,23
2013	565.187,92
2014	30.038.317,05
2015	30.414.864,30
2016	1.601.346,71
2017	5.139.560,52
2018	3.898.777,63
2019	3.888.707,21
2020	5.882.563,24
2021	4.664.923,46
2022	5.357.513,46
TOTAL	130.920.720,25

Fonte: Elaborada pelos os Autores.

Verifica-se uma ascendente em relação aos exercícios de 2014 e 2015 com uma média de R\$ 30 milhões de reais em cada ano, e uma descendente de investimento para o exercício de 2016 seguindo um patamar estável para os exercícios de 2018 a 2022 na ordem média de R\$ 5 milhões de reais.

Ressalta-se que a Unir não possui fonte de receita própria, dependendo dos repasses oriundos do Governo Federal por meio do Ministério da Educação (MEC). Portanto, os valores investidos podem refletir os interesses e políticas de governo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos 149 contratos formalizados, apenas 14 estavam relacionados à manutenção predial. A ênfase de investimento de recursos foi direcionada, portanto, principalmente, para a expansão da infraestrutura física da Unir. Essa falta de dedicação para os serviços de manutenção predial apresenta-se como um problema significativo, considerando a importância para assegurar a continuidade das atividades acadêmicas. O investimento em obras sem um acompanhamento adequado de manutenção predial pode resultar em consequências negativas a longo prazo.

As informações coletadas permitem concluir pelo indício da falta de critérios de governança, planejamento estratégico ou de critérios específicos para as contratações da Unir e essa é uma preocupação no contexto geral das Ifes brasileiras. Nesse aspecto, é imperioso a adoção de procedimentos de planejamento estratégico de longo prazo e sua relação com os orçamentos previstos para investimentos.

Assim, torna-se necessário o cumprimento do dever da Administração em acompanhar o exercício das atribuições relacionadas ao planejamento de contratos a fim de detectar eventuais deficiências procedimentais no exercício da atividade de planejamento e de fiscalização como a necessidade de equipe em número suficiente e capacitada.

Por fim, é oportuno consignar que o nível de investimento realizado pela Unir em termos monetários exigiria uma estrutura organizacional adequada, principalmente para o setor responsável pelo gerenciamento dessas contratações, bem como uma análise detalhada acerca dos motivos que levaram aos aditivos, figurando essas análises como indicação de pesquisa para continuidade do estudo.

Por fim, sugere-se a continuidade dos estudos a fim de analisar o conteúdo de eventuais aditivos contratuais e de seus impactos na execução de obras e serviços de engenharia na Unir.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, F. C. *et al.* **Alterações de custo e prazo em obras públicas.** Ambiente Construído, v. 21, n. 1, p. 161–180, 13 nov. 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/ac/a/h3sVmzBJkSB9rQx8WGdhqBM/?lang=pt>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BACHMANN, C. P. **Gestão de obras públicas: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.** 2017. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/12516?show=full>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BEZERRA, A. J.; SILVA, F. A. S; ARENAS, M. V. S. **Principais irregularidades em obras públicas no Estado de Rondônia apontadas pelo TCE-RO no período de 2018 a 2021.** Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 4, p. 26025–26040, 12 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/46432>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BORBA, R. T. R.; MARINHO, M. H. N. **Estatísticas dos Contratos de Obras Públicas no Estado de Pernambuco.** Revista de Engenharia e Pesquisa Aplicada, v. 4, n. 3, p. 52–66, 6 maio 2019. Disponível em: <<http://revistas.poli.br/index.php/rep/article/view/994/543>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRASIL. **Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas (em revisão), 2014.** Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/orientacoes-para-elaboracao-de-planilhas-orcamentarias-de-obras-publicas.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL. **Fiscalização de obras pública pelo TCU (Fiscobras).** 26. ed. Brasília, DF: TCU, 2022a. Disponível em: <[https://portal.tcu.gov.br/fiscobras.htm#:~:text=Fiscobras](https://portal.tcu.gov.br/fiscobras.htm#:~:text=Fiscobras%20%C3%A9%20o%20plano%20de%20parcialmente%20com%20recursos%20da%20Uni%C3%A3o.)>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. **Fiscalização de obras públicas pelo TCU (Fiscobras).** 25. ed. Brasília, DF: TCU, 2021a. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/fiscobras.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. **Lei 10.520/2002: Institui a modalidade de licitação denominada pregão.** Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Lei 12.462/2011: Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC.** Brasília: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei 14.133/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos.** Brasília: Presidência da República, 2021b.

BRASIL. **Lei 8.666/1993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República, 1993.

BRASIL. **Painel de Obras.** Disponível em:
<<https://paineldeobras.economia.gov.br/extensions/painel-obras/painel-obras.html>>.
Acesso em: 8 mar. 2023b.

BRASIL. **Painel Informativo de Acompanhamento de Obras Paralisadas.**
Disponível em: <https://www.tcu.gov.br/Paineis/_Pub/?workspaceId=77067ac5-ed80-45da-a6aa-c3f3fa7388e5&reportId=23a3a08b-9617-4f7b-ba36-41eecbb17175>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRITO, M. L. **Impacto da pandemia Covid-19 na execução dos contratos administrativos.** Revista de Contratos Públicos, n. 24, p. 247–278, ago. 2020.

COLPO, I. *et al.* **Atrasos na execução das obras públicas: estudo em uma instituição federal de ensino superior.** Revista Produção Online, v. 18, n. 4, p. 1322–1343, 15 dez. 2018. Disponível em: <<https://producaoonline.org.br/rpo/article/view/2941>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

CORRÊA, B. S.; SHIH, H. H. O. M. **Gestão da obra pública: uma análise comparativa dos aditivos de valor e de prazo entre duas instituições federais de ensino.** Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, p. 130–150, 2 set. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2019v12n3p130>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

COSTA, S.; SARMENTO, J. **Os desvios financeiros e temporais nas empreitadas de obras públicas em Portugal.** Uma análise de 1999 a 2011. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, v. 13, n. 1, p. 39–50, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388539140005>>.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo.** Rio de Janeiro: Forense, 2021.

DO RÊGO MONTEIRO FILHO, C. E. **Contratos em tempos de pandemia: descumprimento e força maior.** En: Actualidad jurídica iberoamericana, v. 12, p. 292–299, 2020. Disponível em: <<https://roderic.uv.es/handle/10550/78435>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

GURSKI, B. C.; SOUZA-LIMA, J. E.. **Grandes obras públicas no Brasil: situação e implicações na governança brasileira / Great public constructions in Brazil: situation and implications in brazilian governance.** Revista de Direito da Cidade, v. 10, n. 1, p. 197–224, 11 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/29839>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

IBRAENG, Instituto Brasileiro de Auditoria de Engenharia. **Orientação Técnica OT-004/2016: Precisão e Margens de Erros dos Orçamentos de Engenharia**. v. 1, n. 1, p. 1–6, 20 dez. 2016. Disponível em: <www.ibraeng.org>. Acesso em: 26 abr. 2023.

IBRAOP, Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas. **Orientação Técnica OT - IBR 002/2009: obra e serviço de engenharia**. 1. ed., 2009. Disponível em: <www.ibraop.org.br>. Acesso em: 24 abr. 2023.

IBRAOP, Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas. **Orientação Técnica OT – IBR 004/2012: precisão do orçamento de obras públicas**. 1 maio 2012. Disponível em: <www.ibraop.org.br>. Acesso em: 25 abr. 2023.

JH, Jornal Hoje. **Universidades federais do Rio de Janeiro enfrentam crise por falta de verba para manutenção e auxílio para estudantes** | Jornal Hoje | G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/04/20/universidades-federais-do-rio-de-janeiro-enfrentam-crise-por-falta-de-verba-para-manutencao-e-auxilio-para-estudantes.ghml>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MEIRELLES, H. L.. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2020.

MIRAGEM, B. **Nota relativa à pandemia de coronavírus e suas repercussões sobre os contratos e a responsabilidade civil**. Revista dos Tribunais, v. 1015, maio 2020.

OLIVA, M. D.; DIAS, A. P. **Contratos, força maior, excessiva onerosidade e desequilíbrio patrimonial**. 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-abr-20/opinioao-efeitos-pandemia->>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SALOMÃO, P. E. A. *et al.* **The economic and social impact of the parallization of public infrastructure works**. Research, Society and Development, v. 8, n. 5, p. e1085915–e1085915, 27 fev. 2019. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/915>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SANTOS, H. P.; STARLING, C. M. D.; ANDERY, P. P. P. **Um estudo sobre as causas de aumentos de custos e de prazos em obras de edificações públicas municipais**. Ambiente Construído, v. 15, n. 4, p. 225–242, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/ac/a/BBP9f4W97gWTqrmNbVRQ5gw/?lang=pt>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

TEREZA MARQUES, M. *et al.* **Gerenciamento de obras públicas**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10419/177500www.econstor.eu>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

UNIR, Fundação Universidade Federal de Rondônia. **Sistema de Gestão de Contratos (SIGEC)**. Disponível em: <<https://sistemas.unir.br/sigec/faces/admin/contrato.xhtml>>. Acesso em: 31 dez. 2022.

UNIR, Fundação Universidade Federal de Rondônia. **Sobre a UNIR.** Disponível em: <[https://www.unir.br/?pag=submenu&id=260&titulo=A Universidade](https://www.unir.br/?pag=submenu&id=260&titulo=A%20Universidade)>. Acesso em: 17 abr. 2022b.

UNIR, Fundação Universidade Federal de Rondônia. **Relação de cursos de graduação ativos por Núcleo/Campi.** Disponível em: <<https://prograd.unir.br/pagina/exibir/12853>>. Acesso em: 31 maio 2023.

UNIR, Fundação Universidade Federal de Rondônia. **Georreferenciamento e quadro de áreas dos Campus da UNIR. Informações disponibilizadas por e-mail.** Porto Velho: Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DIREA), 2023a

UNIR, Fundação Universidade Federal de Rondônia. **UNIR - Reitoria - Comunicado sobre questões da infraestrutura, medidas de segurança e aulas presenciais na UNIR.** Disponível em: <<https://www.unir.br/noticia/exibir/10404>>. Acesso em: 24 abr. 2023b.

UNIR, Fundação Universidade Federal de Rondônia. **UNIR - Reitoria - Nota sobre casos relatados de importunação sexual e questões de infraestrutura.** Disponível em: <<https://www.unir.br/noticia/exibir/10395>>. Acesso em: 24 abr. 2023c.

UNIR, Fundação Universidade Federal de Rondônia. **UNIR - Reitoria – Obrigatoriedade de aulas presenciais e impossibilidade de aulas remotas.** Disponível em: <<https://www.unir.br/noticia/exibir/10401>>. Acesso em: 24 abr. 2023d.

YAMAUCHI, V.; SILVOSO, M. M.; WIESE, R. S. **Avaliação pós-construção de obras públicas: contratação em etapas de execução.** Gestão & Planejamento, v. 21, p. 731–749, 2020. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/6139>>. Acesso em: 30 abr. 2022.